

OS ARQUIVOS DE MULHERES EM PORTUGAL¹

Zélia Maria Cruz Pereira

*Investigadora do CES, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; e colaboradora do CEC, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorada em Ciências da Informação e Documentação
E-mail: zeliacruzpereira@gmail.com*

Resumo

Nas últimas décadas aumentou significativamente o número de arquivos pessoais preservados nos mais diversos tipos de instituições, incluindo não só os espaços especificamente destinados a arquivos, mas também bibliotecas, museus, universidades, e outros lugares associados à memória. Apesar de ser comum considerar-se que os arquivos pessoais são essenciais para a memória coletiva, e afirmar-se que constituem fonte de informação relevante e alternativa ao discurso oficial das organizações do Estado ou privadas, permanecem escassas as reflexões sobre as consequências da avaliação e da seleção de quais os arquivos a preservar com esse fim. Numa análise do universo dos arquivos pessoais identificados nas várias instituições portuguesas (Pereira, 2018), verificou-se que a decisão da sua preservação depende, quase sempre, de escolhas individuais e de grupos, de ideologias e de quadros de pensamento. Notou-se uma ausência de reflexão sobre o impacto das opções, implícitas ou explícitas, tomadas nas operações de organização e descrição da informação, com consequências para a representatividade abrangente e plural da sociedade. Constatou-se também a existência de níveis de sobrevalorização de indivíduos e de subvalorização de outros, entre os quais se encontra o caso das mulheres. As razões do menor número de arquivos de mulheres radicam-se em complexos fatores sociais, relacionados com objetivos de memorialização e opções de seleção do que preservar, sob influência de critérios subjetivos. Todavia, uma deficiente representação das mulheres está igualmente relacionada com práticas inerentes ao próprio tratamento arquivístico, em particular com operações de classificação e descrição que conduziram a que estas tenham sido, em muitos casos, “silenciadas” face ao homem, ou secundarizadas no universo de contextos familiares, dificultando a recuperação da sua memória individual.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais; Arquivos de Mulheres; Memória Individual; Memória Coletiva

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, tem-se assistido a um crescente interesse pelo estudo dos arquivos pessoais e familiares, e pela utilização da informação que neles se encontra contida. A atenção dada a estes arquivos tornou-se particularmente notória a

¹ Versão atualizada e ampliada da comunicação oriunda do IX Seminário Internacional de Saberes Arquivísticos (SESA), realizado em 06 a 09 de março de 2019 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

partir das décadas de 1980 e 1990. Em diversas disciplinas e áreas do conhecimento operaram-se alterações epistemológicas que se refletiram na utilização dos arquivos, a partir da incorporação nas abordagens das ciências sociais e humanas da micro-história e de perspectivas micro-sociológicas, onde se passou a dar maior relevo ao papel dos indivíduos na construção dos fenómenos sociais.²

Acompanhando este interesse, verificou-se a um aumento gradual da presença de arquivos de origem privada em bibliotecas, arquivos e museus. As aquisições ativas ocorreram um pouco por todos os países, incluindo em Portugal, num movimento de incorporação de arquivos familiares e pessoais em diversas instituições de memória, sob os mais distintos propósitos. Este movimento deu origem a uma proliferação de repositórios e a uma apropriação maciça dos arquivos pela sociedade, numa “sacralização” do arquivo que não se limitou à criação de uma nova sensibilidade face ao que era o documento considerado de valor histórico, mas que também se relaciona com a ideia global de um dever de memória (HEYMANN, 2007). Ao mesmo tempo, os arquivos têm vindo a transformar-se num recurso fundamentado na natureza pluralista da sociedade, deixando de ser uma fonte cultural e patrimonial apenas para uma elite académica, para se tornarem uma base social de identidades (MCKEMMISH; PIGGOTT, 2013).

No caso das mulheres, o interesse suscitado pelo conhecimento dos seus percursos a partir dos respetivos arquivos pessoais acompanhou o desenvolvimento de domínios de investigação e de problematização na forma de fazer ciência, que abrangem a história das mulheres, os estudos feministas ou os estudos de género. Nas últimas décadas, desenvolveu-se todo um aparato analítico e discursivo no sentido de documentar o papel das mulheres na história, tornando-as objeto de estudo e elevando-as à categoria de sujeito histórico. Atravessando diversas disciplinas – História, Sociologia, Antropologia, Linguística, Psicologia, e outras – a produção de estudos sobre as mulheres tem abrangido numerosas temáticas, abordagens e interpretações,

2 O interesse pela utilização dos arquivos para fins de investigação e de fruição cultural por parte de um público alargado foi evidenciado pela historiadora Arlette Farge (1989), e autores como Pierre Nora (1993) ou Derrida e Prenowitz (1995). Os arquivos pessoais surgiram, também, como um novo campo de análise a ser privilegiado, evidenciado na obra de Philippe Artières e Jean-François Laé (2011).

procurando ultrapassar uma tradição androcêntrica predominante nos vários campos do saber. Os contributos da historiadora francesa Michelle Perrot são um dos exemplos da emergência dos estudos de género e da historiografia sobre as mulheres,³ a qual colocou em saliência a sua invisibilidade nos arquivos (PERROT, 1998). Em Portugal, podemos encontrar uma síntese de trabalhos elaborados na dissertação de doutoramento de Manuela Tavares (2008), e, no espaço académico brasileiro, são numerosos os investimentos teóricos feitos nos estudos feministas e de género, como salientou Diva Muniz (2015).

No que respeita ao caso específico da representação das mulheres no universo dos arquivos, Zanish-Belcher e Mason (2007) destacaram que os arquivos das mulheres são um exemplo para se questionarem as práticas de aquisição das instituições e de constituição de acervos. Atendendo aos “silêncios” no que respeita à preservação da memória feminina, estes autores consideraram que o preenchimento dos espaços vazios na história, pela ausência ou escassez do testemunho das mulheres, devia passar por uma maior consciência arquivística, quer de profissionais, quer da sociedade em geral, e por um empenho em documentar a diversidade da cultura e da sociedade humana, incentivando aqueles que têm estado ausentes das instituições de memória a participarem na construção e uso dos acervos.

Outros autores têm-se também debruçado sobre temáticas relacionadas com os arquivos de mulheres. Por exemplo, numa perspectiva da análise da sub-representação feminina nos arquivos, Julie Collins (2012) destacou as dificuldades em encontrar informações acerca dos documentos profissionais das arquitetas na Austrália, e as possíveis soluções para a sua aquisição. Margaret Henderson (2013) refletiu sobre o seu próprio trabalho no arquivo pessoal de uma ativista feminista, analisando o processo arquivístico, bem como o conteúdo dos documentos pessoais, dando ênfase às dificuldades de separar o público do privado e ao modo como a própria ideologia feminista influenciou a configuração do arquivo. Maryanne Dever (2014) debruçou-se sobre problemas relacionados com o acesso público em torno do processo de aquisição,

3 Michelle Perrot editou, por exemplo, com Georges Duby a coleção História das Mulheres no Ocidente (DUBY; PERROT, 1993-1995), em cinco volumes publicados inicialmente em França entre 1990-1991, e publicou posteriormente diversas outras obras a história das mulheres.

pela Biblioteca Nacional da Austrália, do arquivo pessoal de uma mulher, cujo conteúdo se afigurava relevante para documentar a história do ativismo feminista, explorando os dilemas éticos da pesquisa e o direito de adquirir e assumir o conhecimento da esfera “íntima”, nomeadamente a partir de material que possivelmente os produtores não tenham pretendido dar a conhecer publicamente.

Também Kate Eichhorn (2013), numa obra com o expressivo título *The Archival Turn in Feminism*, recorreu a um conjunto de casos de estudo para explorar a importância dos arquivos das mulheres no conhecimento da história em geral e, em particular, do movimento feminista, dando relevo ao papel dos profissionais de bibliotecas e arquivos no desenvolvimento de políticas de aquisição ativa, e questionando ainda conceitos e normas utilizadas para descrever os arquivos e as suas implicações culturais.

Numa investigação que desenvolvemos (PEREIRA, 2018), procurámos questionar a abrangência da memória coletiva que se tem vindo a construir em Portugal a partir dos arquivos pessoais, averiguando, entre outros aspetos, a existência de padrões e tendências em políticas de aquisição por parte das instituições de memória, e identificando constrangimentos resultantes de práticas relacionadas com a seleção, e com operações de classificação, tratamento e valorização da informação. No desenvolvimento dessa investigação, um dos aspetos que foi identificado foi o da dificuldade ainda subjacente de representar, proporcional e adequadamente, a mulher, a partir dos arquivos pessoais salvaguardados nas instituições de memória portuguesas. Ancorou-se essa pesquisa num conjunto de dados resultantes de um recenseamento das instituições que detêm, organizam e disponibilizam fundos e coleções arquivísticas respeitantes a indivíduos, bem como dos conjuntos documentais que preservam.⁴

4 No âmbito do estudo, houve que tomar decisões quanto à delimitação do universo de análise indicado, dada a magnitude de tal empreendimento. No que respeita à identificação das entidades detentoras, o foco centrou-se nas instituições ou organismos, públicos ou privados, com existência jurídica formalizada, englobando arquivos, bibliotecas, museus e uma miríade de outras entidades. Tiveram também de ser tomadas opções quanto à seleção dos arquivos a identificar e analisar. A indefinição das classificações de “pessoal” e de “familiar” utilizadas pelas diversas entidades para caracterizar os arquivos foi um dos problemas enfrentados (PEREIRA, 2018). Em muitas situações, os arquivos pessoais identificados no processo serão, na sua essência, mais propriamente familiares, ou, então, conjuntos documentais resultantes de formas de agregação de informação por vezes intencional/artificial, sem marcas de uma produção natural, nos quais é difícil a identificação das relações orgânicas entre documentos e produtores. No entanto, no estado atual do conhecimento e tratamento dos acervos das instituições de memória selecionadas, não foi

2 A LUTA PELA REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

Através dos arquivos identificados nas diversas instituições detentoras em Portugal, utilizaram-se alguns dados do recenseamento, de forma a explorar empiricamente aspetos relacionados com o reconhecimento de quem são os indivíduos que figuram nos arquivos preservados, e como têm sido representados, discernindo políticas de seleção e relativas à própria descrição arquivística, com implicações na construção da memória coletiva, explorando hierarquias de valor e mesmo níveis de sub-representação.

O inquérito que se efetuou permitiu identificar um conjunto total de 3850 arquivos, distribuídos por 376 entidades detentoras. A partir da sua análise dos dados fornecidos pelas instituições e das descrições gerais de cada arquivo, foi possível relacionar a informação providenciada com um conjunto de 3520 pessoas singulares (PEREIRA, 2018, p. 240, 332).⁵

O conjunto destas pessoas singulares permite reconhecer algumas tendências e dinâmicas nos modos de encarar a memória individual e coletiva, inerentes às formas como se avaliam e selecionam documentos e arquivos, evidenciando lógicas, políticas e práticas por trás de decisões de recolha e salvaguarda. Uma diversidade de critérios é aplicada à avaliação e seleção da informação produzida e acumulada pelos indivíduos, para efeitos de preservação pelas instituições de memória, seja sob influência de correntes historiográficas, de projetos memorialísticos ou comemorativos, pela opção de temáticas ou categorias sociais, profissionais, culturais ou outras, por decisões de produtores, herdeiros ou outros, incluindo das próprias entidades que acolhem os arquivos. Leem-se escolhas individuais e de grupos, assim como de instituições, de ideologias e de quadros de pensamento, sintomáticas de atitudes coletivas, que devem

possível identificar claramente os sistemas de informação pessoais e familiares, e distingui-los inequivocamente entre si, de acordo, por exemplo, com as propostas de Armando Malheiro da Silva (2004), sendo somente possível vislumbrar “arquivos” ou “conjuntos documentais”, muitas vezes fragmentos de sistemas de informação mais amplos.

⁵ Este número de pessoas singulares derivou do tratamento da informação do universo de arquivos identificados em duas vertentes: em primeiro lugar, em função da agregação de informação sobre documentação relacionada com uma mesma pessoa dispersa em conjuntos sob custódia de distintas entidades detentoras; em segundo lugar, pela desagregação, em cada arquivo, de subfundos, secções, séries ou outras formas utilizadas para organizar e classificar a informação produzida por distintos indivíduos e que, por razões diversas, foi reunida no seio de um mesmo arquivo, mas cuja presença é menos óbvia a partir do título que lhe foi atribuído, com base na escolha de nomes de determinados indivíduos e/ou de temas escolhidos para o efeito.

incentivar à reflexão sobre quem está representado nos arquivos e como essa representação tem sido feita.

A identificação mais específica de quem está presente nos arquivos, as motivações inerentes, e o que dessas pessoas foi efetivamente preservado e o que poderá ter sido silenciado – ou simplesmente descartado por desvalorização –, justifica, por si só, outros estudos mais densos. Ainda assim, numa análise global do conjunto de arquivos recenseados e dos indivíduos que neles foram identificados foi possível constatar que, na salvaguarda de arquivos pessoais, a mulher continua sub-representada face ao homem. Apesar da crescente afirmação do papel da mulher nas mais diversas áreas da sociedade, essa diferença é ainda substancial: das 3520 pessoas singulares mencionadas, apenas 480 correspondem a mulheres, ou seja cerca de 14% do total (PEREIRA, 2018, p. 336).

Durante grande parte do século XX, a incorporação de arquivos pessoais exclusivamente de mulheres foi quase sempre excepcional, e, muitas vezes, a sua documentação deu entrada nas instituições juntamente com a de outros elementos do seu círculo familiar. Em certas situações, não deve mesmo deixar de se ponderar que a sua representação atual, em fundos de arquivo próprios, se pode relacionar com opções de tratamento documental por parte das entidades detentoras, por vezes aplicadas em fases posteriores à incorporação, como em alguns dos exemplos que a seguir se abordam.

O arquivo de Carolina Michäelis de Vasconcelos (1851-1925) é, deste ponto de vista, um desses casos. Terá sido um dos primeiros arquivos de uma mulher com papel de relevo no mundo académico e cultural a ingressar numa instituição em Portugal, o que ocorreu na década de 1940, na Universidade de Coimbra.⁶ Todavia, não deu entrada isoladamente. Em 1944, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra começou por comprar, aos herdeiros, a biblioteca que pertenceu a Carolina e ao seu marido, Joaquim António da Fonseca de Vasconcelos (1849-1936), musicólogo e historiador de arte. No

⁶ Existirá, com certeza, documentação relacionada com outras mulheres que foi incorporada nas instituições identificadas anteriormente à década de 1940. Porém, nenhuma terá tido relevância semelhante à de Carolina Michäelis, atendendo tanto à dimensão e abrangência do próprio arquivo, como à importância reconhecida à personalidade, no âmbito das suas atividades como professora universitária e investigadora, com destaque para as áreas da linguística e literatura.

ano seguinte, a família procedeu à doação dos respetivos arquivos à Faculdade.⁷ O arquivo de Carolina Michäelis manteve-se, durante décadas, sujeito apenas a inventários parciais, e só recentemente, em 2009, se encetou a catalogação da componente epistolar (FILIPE, 2015, p. 93, 141-145).

Tendo sido entregues na mesma ocasião, não é claro o modo como se procedeu à separação descritiva dos dois arquivos, atualmente figurando como autónomos, e não como um arquivo de família baseado, neste caso, na figura do casal. As descrições por ora disponíveis não especificam se entre marido e mulher se mantinha uma clara divisão da sua documentação, ou se ocorreram intervenções por parte dos seus herdeiros que a condicionaram. Também não se encontram suficientemente documentadas as intervenções de catalogação decorridas depois da doação, tanto na Faculdade de Letras, como na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, onde atualmente se encontram os referidos arquivos.⁸

As incorporações de arquivos de mulheres registadas nos anos seguintes não só permaneceram diminutas, como revelam que houve “preferências” e decisões quanto ao tipo de materiais a preservar, tendencialmente situadas na área da cultura, com predominância para a literatura e a música.

Na década de 1950, por exemplo, o Conservatório de Música do Porto recebeu um legado testamentário da violoncelista Guilhermina Suggia (1885-1950). Foi uma vontade da própria – facto raro entre as mulheres da sua época –, mas, ainda assim, limitado na sua abrangência, pois a ênfase foi dada à sua coleção de partituras musicais, não englobando a totalidade do arquivo.⁹

⁷ Os arquivos de Joaquim de Vasconcelos e Carolina Michäelis de Vasconcelos foram posteriormente transferidos, em 1975, para a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, tendo a biblioteca permanecido na Faculdade de Letras, na designada Biblioteca de Língua e Literatura Portuguesas Dona Carolina Michäelis de Vasconcelos.

⁸ Uma breve descrição da história da biblioteca e arquivo do casal, e do tratamento que lhe foi dado encontra-se em <URL://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/CarolinaMichaelisVasconcelos> [consult.12-02-2019]. Existe também uma descrição de documentos do arquivo no Catálogo Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (disponível em URL://webopac.sib.uc.pt/ [consult.12-02-2019]). A documentação já tratada relativa a Carolina Michäelis pode ser recuperada em pesquisa pela cota Ms. CMV; a referente ao marido, Joaquim de Vasconcelos, é recuperável pela cota Ms. JV.

⁹ No Conservatório de Música do Porto existem ainda algumas fotografias e cartas, uma agenda, folhetos e objetos pessoais, como um vestido e uma joia, embora não seja possível confirmar que tenham dado entrada por virtude do mesmo legado. É possível que uma parte tenha sido incorporada posteriormente, por outras vias, pois existem ainda outros documentos do arquivo de Guilhermina Suggia na Biblioteca Municipal Florbela Espanca, em Matosinhos.

Sabe-se também que, em 1950, o Museu João de Deus, em Lisboa, recebeu, por doação de Luiz Vaz de Carvalho, uma pasta com documentação epistolar que pertencera à poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921).¹⁰ Naquele Museu, já se vinha também a concentrar documentação relacionada com o poeta João de Deus (1830-1896),¹¹ designadamente por intermédio do seu filho, João de Deus Ramos (1878-1953), que foi doando alguns conjuntos referentes a outros familiares e amigos, do que resultou a incorporação de alguns conjuntos documentais de elementos femininos da família, entre os quais um conjunto epistolar da esposa do poeta, Guilhermina Bataggia Ramos (1849-1948).

Em 1955, a Biblioteca Pública Municipal do Porto comprou um álbum de autógrafos que tinha pertencido a uma outra poetisa que viveu no século XIX, Maria da Felicidade Browne (1800-1861). No referido álbum constam manuscritos autógrafos de outras personalidades da cultura da sua época, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano ou Faustino Xavier de Novais, pelo que a presença destas tipologias documentais pode ter justificado a aquisição em questão, e não tanto a figura da mulher que os reuniu.

De um modo geral, os arquivos das mulheres praticamente continuaram a não suscitar particular interesse nos anos seguintes. Regista-se o caso de uma doação, ao Grupo de Amigos de Vila Viçosa, de alguns documentos e objetos pessoais da poetisa Florbela Espanca (1894-1930), por parte do seu último marido, Mário Lage, enquadrada no âmbito de uma homenagem que lhe foi prestada em 1964. Todavia, só mais tarde, principalmente a partir da década de 1980, os documentos da poetisa despertaram efetivo interesse, no sentido da sua salvaguarda e valorização, o que veio inclusivamente a redundar numa dispersão do seu arquivo por várias instituições.

Na realidade, em Portugal, foi preciso esperar pela democracia, trazida após a queda ditadura do Estado Novo em abril de 1974, para os arquivos de mulheres passarem a ser mais ativamente preservados. A partir do final da década de 1970, e mais decididamente nas décadas de 1980 e 1990, as mulheres começaram a estar

¹⁰ Relativamente a esta poetisa, existem núcleos documentais noutras instituições (PEREIRA, 2018, vol. II).

¹¹ Trata-se do poeta e autor da Cartilha Maternal e do método de ensino para alfabetização que ficou conhecido pelo chamado Método João de Deus, tendo por nome completo João de Deus Ramos Nogueira.

representadas em maior número nas instituições de memória portuguesas. Note-se, contudo, que não se trata de um fenómeno exclusivo de Portugal, mas de uma tendência registada igualmente noutros países, num período em que os arquivos femininos se tornaram populares, em torno do dinamismo trazido pelos estudos de género e do feminismo, e com o argumento de que as vidas das mulheres e o seu papel na sociedade não estava adequadamente representado nos arquivos (COLLINS, 2012, p. 187). A luta da mulher pela sua afirmação passou, assim, embora vagarosamente, a integrar a memória social preservada nos arquivos.¹²

É neste contexto que se insere a progressiva incorporação de arquivos de mulheres, com destaque, por exemplo, para a Biblioteca Nacional de Portugal. A integração de documentação de vários membros da família Castro Osório, iniciada em 1979, trouxe à luz do dia a figura de Ana de Castro Osório (1872-1935), escritora, publicista e defensora dos direitos da mulher. Nas décadas seguintes, surgiram nos acervos da Biblioteca Nacional outros nomes, como Irene Lisboa (1892-1958), Francine Benoît (1894-1990), Maria Lamas (1893-1983), Elina Guimarães (1904-1991), Virgínia Vitorino (1895-1967), Virgínia Lopes de Mendonça (1881-1969), Ana Hatherly (1929-2015), Natália Correia (1923-1993),¹³ Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004) e Constança Capdeville (1937-1992), entre outras. O foco seletivo foi, neste caso, direcionado especialmente para o domínio cultural, com destaque para a literatura e a música, pelo que foram repartidos, conforme a temática predominante, entre a secção

¹² Noutros países já tinham já ensaiado, ou estavam em prática, tentativas de preservar arquivos de mulheres e de movimentos feministas. Alguns países europeus, como a Inglaterra, a França e a Holanda, foram mesmo pioneiros neste âmbito, pois logo nas décadas de 1920-1930 assistiu-se à criação da The Women's Service Library, em Londres, e da Biblioteca Marguerite Durand, em Paris, e do Internationaal Archief voor de Vrouwenbeweging [Arquivo Internacional para o Movimento Feminino], em Amsterdão (BLOK, LUCASSEN; SANDERS, 2014, p. 141-145). No que respeita ao estudo da preservação de arquivos relativos às mulheres e ao movimento feminista, existe diversa literatura arquivística sobre alguns casos particulares, designadamente relativos à Austrália, Estados Unidos, e Canadá. Para o caso da Austrália vejam-se especialmente os artigos de Margaret Henderson (2013) e Maryanne Dever (2014), para os EUA, os de Elisabeth Keenan e Lisa Darms (2013), e, para o Canadá, o artigo de Jennifer Douglas e Heather MacNeil (2009), assim como o trabalho da primeira destas autoras (Douglas, 2013).

¹³ De Natália Correia, a Biblioteca Nacional possui atualmente apenas uma pequena coleção, por virtude de aquisições de documentos avulsos, em várias datas. O arquivo de Natália Correia, conforme disposições testamentárias de seu marido, Dórdio Guimarães (1938-1997), passou ao Governo Regional dos Açores, nomeado principal beneficiário dos seus bens. Os arquivos de ambos os membros do casal foram inicialmente depositados, em 1999, na Biblioteca Nacional, por virtude de um acordo estabelecido entre o Governo Regional dos Açores e a Biblioteca, tendo entretanto sido transferidos, em 2010, para a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

denominada de Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea e a designada Área de Música.

Algumas instituições museológicas, como o Museu do Teatro e da Dança e o Museu do Fado, têm vindo a encetar medidas para a preservação de registos da memória das artes performativas, principalmente do teatro e do fado, onde diversas figuras femininas se destacaram.¹⁴ Embora estes museus não tenham especial vocação para o tratamento de arquivos pessoais de acordo com as metodologias e aparato teórico da Arquivística, a salvaguarda de numerosa documentação nos respetivos domínios temáticos possibilitou que se abrisse algum espaço à preservação da memória de estratos sociais populares, que, pela via artística, atingiram projeção pública.

Em instituições mais próximas do mundo académico, surgiram também, de forma gradual, registos de professoras universitárias e investigadoras de determinadas áreas científicas. É o caso de documentos da investigadora de Entomologia, Maria Amélia Chambers de Sousa da Silva Cruz (1896-1978), que se encontram no Museu de História Natural e da Ciência na Universidade do Porto, ou dos arquivos das professoras universitárias e investigadoras da área da Química, Branca Edmée Marques (1899-1986) e Maria Alzira Almoester Ferreira (1928-2008), ambos atualmente no Museu Nacional de História Natural e Ciência da Universidade de Lisboa.¹⁵ No domínio das Ciências Sociais e Humanas, destaque-se o arquivo da historiadora Jill Dias (1944-2008), que se encontra na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, à guarda do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA).¹⁶

Com o despontar de projetos e instituições relacionadas com a preservação da memória política da oposição ao Estado Novo, de que são exemplos o Arquivo Histórico-

¹⁴ Veja-se a lista fornecida para ambos os Museus, situados em Lisboa, por Pereira (2018, vol. II, Anexo I).

¹⁵ De seu nome completo, Branca Edmée Marques de Sousa Torres, por virtude do seu casamento com o professor, naturalista e geólogo António da Silva e Sousa Torres (1876-1958) - do qual o Museu Nacional de História Natural e Ciência, possui também parte da biblioteca e arquivo -, licenciou-se em Ciências Físico-Químicas na Faculdade de Ciências de Lisboa. Chegou a trabalhar em França na década de 1930, sob a orientação de Marie Curie no Institut du Radium, e doutorou-se neste país. Foi a primeira mulher a atingir a graduação de professora catedrática nas Faculdades de Ciências em Portugal. O arquivo de Branca Edmée Marques foi transferido para o Museu em 1997, no âmbito de um acordo de depósito com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (GENS, 2011). Não foi possível, contudo, determinar com rigor como a Faculdade ficou na sua posse. Quanto ao de Maria Alzira Almoester Ferreira, o arquivo foi objeto de uma doação por parte do marido ao Museu, datada de 2010 (GENS, 2011).

¹⁶ O arquivo e biblioteca de Jill Dias foram doados pela família, após o seu falecimento, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que delegou o seu tratamento ao CRIA, centro de investigação que a historiadora integrou desde a sua fundação (SILVA; ROSA; JULIÃO, 2011).

Social organizado pelo Centro de Estudos Libertários (depois integrado na Biblioteca Nacional de Portugal), o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, ou a Fundação Mário Soares, várias mulheres aderiram ao movimento de recuperação e preservação de memórias das respetivas militâncias políticas. Não pode deixar de se destacar, a este propósito, a preservação do arquivo de Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), um dos maiores arquivos de uma mulher com papel preponderante na vida política portuguesa do pós-25 de abril de 1974, assim como na defesa de várias causas cívicas. A sua salvaguarda motivou a vontade de criar condições para tratar e albergar o seu arquivo, primeiro na Fundação Cuidar o Futuro, e, mais recentemente, sob a responsabilidade do Centro de Documentação 25 de Abril.

Ainda assim, as tendências de representatividade nos arquivos identificados indicam que existem áreas que continuam a ser privilegiadas como a literatura e as artes. No entanto, pode considerar-se que se tem registado, paulatinamente, uma abertura a uma maior diversidade e pluralidade, que trouxe para o domínio das instituições e da memória coletiva arquivos de mulheres ligadas à docência e investigação científica, e mesmo com papel interventivo no domínio da política.

Todavia, não se pode afirmar que a representação social feminina nos arquivos preservados seja inteiramente abrangente, no que respeita às atividades, carreiras e percursos sociais da mulher. Por exemplo, em áreas como a arquitetura e o urbanismo, os arquivos de mulheres em Portugal permanecem muito escassos. Em instituições tendencialmente vocacionadas para a preservação de arquivos pessoais neste domínio, como é o caso do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Arquivo do Forte de Sacavém, de uma lista de 36 arquivos, de diversa dimensão e conteúdo, ali depositados, apenas 2 são de mulheres.¹⁷ No Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto não figura qualquer nome feminino entre uma lista que comporta, de acordo com o recenseamento efetuado, 22 fundos e coleções de

¹⁷ Trata-se de um conjunto da arquiteta paisagista Maria Lucília Barreiros Maymone, ainda não estudado, e para o qual não está disponível descrição arquivística detalhada, e de um arquivo bastante extenso, composto de projetos, desenhos, fotografias, objetos (maquetas) e uma coleção bibliográfica que pertenceu à arquiteta Maria João Laginha, filha do também arquiteto Manuel Laginha (cujo arquivo também se encontra depositado no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - Arquivo do Forte de Sacavém, onde deu entrada juntamente com o da filha). Veja-se a lista dos arquivos pessoais desta instituição arquivística em Pereira (2018, vol. II).

arquitetos. Por entre arquivos de outros arquitetos sob tutela da Fundação Marques da Silva, instituída pela Universidade do Porto, existe numerosa documentação que testemunha a atividade da arquiteta Maria José Marques da Silva Martins. Todavia, neste caso, a mesma não está considerada como um arquivo pessoal, por se encontrar incluída num sistema de informação mais abrangente, o da família Marques da Silva/Moreira da Silva. Além do mais, no quadro de classificação disponibilizado no arquivo digital da Fundação, esta arquiteta figura na mesma secção do seu marido, David Moreira da Silva, também ele arquiteto e urbanista, tendo ambos partilhado o atelier e colaborado na realização de diversas obras.¹⁸

O aumento do acesso da mulher ao mercado de trabalho e à educação, a sua progressiva independência económica, entre outros fatores, assinalam uma certa tendência de inversão em relação ao passado, no que respeita ao reconhecimento do papel da mulher na sociedade. Ainda assim, a presença de arquivos de mulheres nas diversas entidades detentoras tem acompanhado um processo global de aumento de ingresso de arquivos pessoais nas várias instituições de memória.¹⁹ Deste modo, em face da sua representatividade atual, a desproporção relativamente aos homens continua, portanto, a ser ainda evidente.

A continuidade do menor número de arquivos de mulheres radica-se em complexos fatores sociais, em razões que se prendem com a pouca relevância dada durante muito tempo pelas próprias mulheres à preservação da sua memória individual, ou mesmo na renitência em transmitir o testemunho das suas ações e atividades a terceiros.²⁰ Está ainda condicionada pelas opções de seleção de arquivos tomadas pelas

¹⁸ Veja-se a descrição arquivística fornecida pela Fundação Marques da Silva em <http://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-marques-da-silva-e-david-moreira-da-silva> [consult.19-02-2019].

¹⁹ Ao se proceder à análise das datas em que ocorreram as incorporações dos arquivos recenseados, verificou-se haver uma longa fase que se estende, durante o século XX, até à década de 1970, em que os ingressos de arquivos pessoais em instituições de memória portuguesas são raros, ou se mantêm em níveis reduzidos. Uma segunda fase teve lugar a partir da década de 1980, com um aumento substancial de doações, depósitos, compras e outras modalidades de aquisição, sendo possível detetar um esboço dessa aceleração ainda na década de 1970. Para tal contribuiu, sem dúvida, a transição democrática ocorrida após o 25 de abril de 1974, pois, de um lado, o novo Estado democrático investiu no enriquecimento dos acervos de algumas instituições, e, de outro, despertou-se em muitas pessoas e comunidades o desejo de recuperar e fixar a memória daqueles que foram sujeitos à perseguição e ao silêncio, acompanhando ainda uma tendência global de maior consciência de que os arquivos privados possuem importância para a compreensão de fenómenos históricos, culturais, sociais ou políticos (PEREIRA, 2018).

²⁰ Veja-se, a este propósito, alguns exemplos apresentados por Julie Collins (2012), relacionados com dificuldades na preservação de arquivos de mulheres arquitetas na Austrália, entre os quais a renitência das mesmas em ceder a sua

atuais entidades detentoras, sob influência de critérios subjetivos e por decisões historiográficas ou de aquisição de documentação especificamente relacionada com determinadas áreas culturais e domínios do conhecimento.

Constata-se, pois, que apesar de um investimento na preservação de arquivos de mulheres, está-se longe de uma representação paritária. Mesmo que a desproporção de género não seja facilmente superável, seria importante que as instituições tivessem como objetivo, ou pelo menos como ideal, assegurar uma representação mais igualitária (COLLINS, 2012, p. 187). De qualquer forma, expor as deficiências dos acervos, não serve simplesmente para chamar a atenção para questões de género, mas sobretudo para a necessidade de orientação das políticas de aquisição para documentar a diversidade social e humana. Para isso, é necessário um esforço de reflexão constante sobre quem está representado nos arquivos que têm vindo a ser preservados em prol da memória coletiva e, sobretudo, de ponderação sobre quem não o está (ZANISH-BELCHER; MASON, 2007, p. 347).

3 CONSTRANGIMENTOS E SILÊNCIOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Além da desproporção numérica entre homens e mulheres, no que respeita aos arquivos pessoais preservados, existem outros condicionalismos à representação da memória feminina que se prendem as práticas inerentes ao tratamento arquivístico da informação por parte das instituições. No decurso da análise dos arquivos identificados, verificaram-se situações em que a documentação de membros do mesmo casal se apresenta separada, como o caso acima citado de Carolina Michäelis e do seu marido Joaquim de Vasconcelos. Todavia, noutros casos, os documentos foram mantidos unidos, havendo ainda exemplos de dispersão de arquivos por várias instituições, com consequências para a identificação e compreensão dos percursos das mulheres, na sua singularidade individual, no que respeita à sua vida em casal, e às relações com círculos de amigos e outros familiares.

documentação.

Archeion Online, João Pessoa, v.7, n.1, p.57-81, jul. /dez. 2019

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2019v7n1.46800

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>. ISSN 2318-6186. Licença



Por vezes foram os próprios produtores, as suas famílias ou terceiros, a tomar a decisão de desagregação dos arquivos. Foi esse o caso do arquivo da escritora e jornalista de origem inglesa, Susan Lowndes (1907-1993), dividido entre duas instituições por iniciativa da sua filha Ana Vicente. No Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica encontra-se uma parte, descrita como fundo pessoal; e no Arquivo Municipal de Cascais foi depositada outra parte do arquivo, em conjunto com o de Luís Artur de Oliveira Marques (1898-1976), com quem Susan Lowndes se casou, tendo ambos partilhado interesses na área da produção jornalística. Neste último caso, a documentação foi considerada como um fundo, cujo título se refere ao casal: “Luiz Marques e Susan Lowndes”, indiciando o que seria originariamente um arquivo familiar. Tratou-se de uma decisão da doadora, que ambas as instituições respeitaram,²¹ mas que induz à necessidade de questionar o impacto causado pela desagregação dos sistemas de informação originários na compreensão de conceitos como arquivo pessoal e arquivo familiar, e da própria definição do que se entende como sendo um fundo de arquivo ou um sistema de informação.

De facto, Susan Lowndes figura, numa das situações, como um fundo a título individual, indiciando ao investigador, menos familiarizado com a terminologia arquivística e os debates teórico-conceituais, estar-se presente um arquivo pessoal. No outro caso, existe documentação tanto de Susan Lowndes como do marido, ou seja, prefigurando um arquivo familiar – ou pelo menos de parte de um sistema de informação familiar.

Os exemplos que convocam à reflexão não se ficam por aqui. Em 1975, Cristina Torres dos Santos (1891-1975), uma professora e antiga defensora dos direitos das mulheres, resistente à Ditadura Militar e ao Estado Novo, deixou, em legado testamentário à Câmara Municipal da Figueira da Foz, o seu arquivo e o do seu marido, Albano Duque e Nápoles (1894-1963), antigo maçom e jornalista figueirense, que chegou

²¹ No Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa a parte deste arquivo que ali foi depositada, em 2012, diz respeito à atividade profissional de Susan Lowndes, em particular como correspondente de imprensa com entidades editoriais católicas, contendo ainda outros documentos reunidos no âmbito dos seus interesses pessoais. Recebeu ainda um ingresso adicional em 2013, sendo que toda esta parte do seu arquivo se encontra catalogada (PEREIRA, 2015, p. 3). No Arquivo Municipal de Cascais o depósito ocorreu em 2011, ao abrigo do “Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal”.

a ser preso em 1927, por envolvimento numa revolta contra a ditadura, em fevereiro desse ano. Os arquivos encontram-se referenciados de forma autónoma, embora tenham ambos dado entrada no Arquivo Municipal da Figueira da Foz em virtude do legado testamentário da primeira, subjazendo a dúvida sobre se os arquivos configuravam duas unidades deliberadamente separadas antes da sua incorporação, ou se foram divididos *a posteriori*, no decurso do tratamento arquivístico.

Um outro caso respeita a Natália Correia e ao seu último marido, Dórdio Guimarães. Sabe-se das diligências deste último em preservar intacta uma parte dos bens de Natália, após a morte desta, bem como da forma como procurou manter longe do conhecimento público diversa documentação, para evitar a sua penhora na sequência de questões judiciais. Após a morte de Dórdio Guimarães, e dando cumprimento às suas disposições testamentárias, uma equipa procedeu ao inventário dos bens do casal, tendo então, com a participação de funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, se efetuado uma primeira inventariação da documentação de ambos, assegurando-se a individualização respetiva. Na separação dos bens do casal, foi ainda identificado um conjunto documental que pertencera ao pai de Dórdio Guimarães, o cineasta Manuel Guimarães, que foi entregue à Cinemateca Portuguesa, após aprovação do tribunal (ROSETA, 1999-2000). Efetuou-se, assim, a desagregação de um sistema de informação familiar mais amplo.

No que diz respeito a outros casais que, tendo partilhado a vida e o espaço doméstico, também compartilharam interesses profissionais ou de investigação, e até mesmo carreiras paralelas, existem situações em que se tomou a opção de manter a documentação unida, sendo ambos representados no título escolhido para os respetivos arquivos. Tome-se como exemplo o arquivo do casal António Lopes Cardoso (1933-2000) e Maria Fernanda Figueira de Lima Lopes Cardoso (1930-2007), que se encontra no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra. Neste Centro começou por dar entrada, primeiro, a documentação de António Lopes Cardoso, que ocorreu de forma faseada, entre 2004 e 2007, por vontade da sua viúva. Após falecimento desta, em 2007, a família decidiu dar continuidade à doação, tendo então sido recolhida a documentação remanescente. A inventariação veio a revelar que o arquivo testemunhava, afinal, o

percurso de ambos os membros do casal, os quais, além dos laços de casamento, partilharam projetos e responsabilidades do âmbito profissional e no domínio político.

No entanto, o quadro de classificação elaborado para este arquivo tende a representar principalmente as atividades de António Lopes Cardoso, numa disposição a que não é alheio o próprio papel preponderante que a esposa teve na sua organização e descrição, como é referido no respetivo inventário, que tendeu a enfatizar a carreira do marido.²² Por outro lado, Maria Fernanda foi constante colaboradora do marido nos vários cargos que este desempenhou, na sua vida profissional, cívica e política. Em consequência, foi frequentemente mantida indivisa a maior parte da documentação de ambos, ressalva apresentada na descrição de diversas secções do quadro classificativo.

Outros exemplos de arquivos de casais em que ambos os membros estão refletidos na escolha dos títulos respetivos podem ser apontados. Refiram-se, designadamente, os arquivos dos investigadores sobre o património arquitetónico português e história de arte Mário Chicó (1905-1966) e Alice Chicó (1913-2002),²³ dos arqueólogos Georg Leisner (1870-1957) e Vera Leisner (1885-1972),²⁴ dos pintores e artistas Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992) e Arpad Szenes (1897-1985),²⁵ dos antropólogos e etnólogos Margot Dias (1908-2001) e António Jorge Dias (1907-1973),²⁶ ou o arquivo do antigo diretor da Torre do Tombo e do Arquivo Distrital do Funchal, José Pereira da Costa (1922-2010), e da sua esposa Clara Pereira da Costa (1923-1996),²⁷ - no caso deste último, a esposa figura no título mesmo apesar de os documentos por ela produzidos serem reduzidos.

Todavia, o mesmo não se aconteceu noutras situações, em que as esposas estão omissas nos títulos escolhidos para representar os arquivos, e só uma análise de conteúdo permite identificar a sua presença, seja através das descrições arquivísticas ao

²² Veja-se o inventário disponível na página Internet do Centro de Documentação 25 de Abril, na ligação <URL: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=409>> [consul.12-02-2019].

²³ Arquivo parcialmente em depósito na Fundação Mário Soares, sendo uma parte apenas constituída por reproduções digitais de originais, entretanto devolvidos à família.

²⁴ Conhecido como Arquivo Leisner, foi doado por Vera Leisner ao Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, com a indicação expressa de se manter em território português, estando atualmente depositado, em regime de comodato, na Biblioteca de Arqueologia, tutelada pela Direção Geral do Património Cultural.

²⁵ Sob tutela da Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva.

²⁶ Legados ao Museu Nacional de Etnologia.

²⁷ Arquivo detido pelo Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

nível hierárquico dos próprios fundos documentais, ou através dos quadros de classificação fornecidos e de algumas descrições das respectivas secções ou séries.

Por exemplo, no Arquivo Distrital de Leiria, o fundo de José Gonçalves (1914-1992) apresenta, no título, apenas o seu nome, e, na descrição arquivística fornecida, consta apenas a sua biografia, na qual é feita uma breve referência à esposa Maria Helena Correia Rosa (1915-2007). Porém, na organização da documentação a sua esposa é considerada de forma igual, figurando numa secção autónoma do quadro de classificação. Partindo apenas do título do fundo, qualquer utilizador menos experiente nos meandros da descrição arquivística não veria a mulher ali imediatamente representada, apesar de esta ter uma secção descritiva própria. Por outro lado, neste caso, o papel da mulher na estrutura doméstica não é de todo desvalorizada pois, tal como é referido na nota biográfica fornecida para o marido, era ela quem, “enquanto professora, granjeava o sustento principal da casa”, visto que José Gonçalves tinha sido afastado da docência oficial durante o Estado Novo, por ser considerado contrário ao regime.²⁸

Existem ainda situações em que somente um indivíduo serve para dar o título ao arquivo, ofuscando-se outras pessoas presentes na produção da informação e nos atos de acumulação e formação dos arquivos. Na Fundação Mário Soares o arquivo de Manuel Mendes (1906-1969), escritor, artista plástico e resistente antifascista, é intitulado apenas com o seu nome. O título provém da designação dada no passado pelo Instituto Português de Museus, e assim foi mantido na sequência do respetivo depósito na Fundação.²⁹ No entanto, um estudo mais aturado da sua biografia, e da própria documentação, demonstra o papel fundamental da sua esposa, Berta Mendes, como produtora e receptora de informação – existem, por exemplo, numerosas cartas que lhe são dirigidas. Manuel e Berta partilharam a vida, não tendo deixado filhos. Compartilharam também interesses culturais, a atividade da escrita e todo um círculo de amigos. Berta Mendes, aliás, terá sido a principal responsável pela reunião de diversa

²⁸ Confirma-se a respetiva descrição arquivística em <[URL://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1008728](http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1008728)> [consult. 24-02-2019].

²⁹ O arquivo está em regime de depósito na Fundação Mário Soares, por virtude de protocolo com o Ministério da Cultura, e encontra-se descrito no portal Casa Comum em <[URL://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_868](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_868)> [consult. 24-02-2019].

documentação posterior à morte de Manuel Mendes, que se encontra no arquivo. Todavia, não possui autonomia própria dentro do fundo, à exceção de uma pequena série de documentos com o seu nome, por seu turno inserida numa secção relativa à vida pessoal e familiar do próprio Manuel Mendes.

Refiram-se ainda exemplos de arquivos que, sob o nome de uma única pessoa, parecem indiciar somente a presença de informação “pessoal”, tomada no sentido estrito do adjetivo, para referir uma só pessoa singular, e de documentação relativa a determinadas figuras cujos nomes servem para intitular um arquivo, embora, na realidade, correspondam ao resultado da atividade de diversos indivíduos e de complexos processos de “construção” arquivística.

Na Torre do Tombo, encontra-se, sob a tipificação de “coleção” um conjunto designado pelo nome de João Mendes do Amaral (1893-1981), um dos fundadores do Integralismo Lusitano, dirigente da União Nacional e amigo próximo de Salazar, razões que justificam a proeminência dada à personalidade. O conjunto, comprado pela Torre do Tombo a um antiquário, não está ainda integralmente tratado, e não dispõe de quadro de classificação, mas verificando a informação constante na descrição do seu âmbito e conteúdo constata-se que contém igualmente documentação da esposa, Maria Celestina da Costa Alemão Teixeira do Amaral (c.1894-1966), e da filha Maria Luísa Costa Alemão Teixeira do Amaral Anahory (1921-1991). Fica ainda em aberto a possibilidade de incluir documentação do seu genro, Mimon Anahory (1916-1984), já que na descrição da dita coleção se menciona dele existirem alguns manuscritos literários.³⁰ Podemos indagar por que razão o conjunto é apelidado de coleção e não de fundo; como devemos também questionar a opção do título em função da personalidade, não levando em linha de conta o contexto nitidamente familiar.

Um outro exemplo é o fundo designado de “Sérgio Luís e Guy Manuel” que se encontra no Arquivo Distrital de Leiria. O título remete para dois irmãos, Sérgio Luís Henriques de Almeida Fernandes (1921-1943) e Guy Manuel Henriques de Almeida Fernandes (1923-1943), que tiveram uma fugaz carreira artística na banda desenhada e ilustração, falecendo ambos em idade muito jovem. A documentação dos irmãos ficou,

³⁰ Veja-se a descrição em [URL://digitarq.arquivos.pt/details?id=4217287](http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4217287) [consult.24-02-2019].

durante décadas, em posse da família, até que, em 2012, uma outra irmã, Lia Fernandes, a depositou na mencionada instituição. O Arquivo Distrital de Leiria manteve a organização dada à documentação pela família, sendo notório que o objetivo seria enfatizar a figura dos dois artistas, o que não obsta a que a própria Lia Fernandes seja também ela uma das produtoras daquele conjunto informacional, pois, na estrutura classificativa do mesmo, existe uma secção com o seu nome, que reúne documentação por ela produzida e coligida sobre os seus irmãos.³¹

A estrutura e o nome/título usualmente utilizados para representar um arquivo dependem, muitas vezes, de um percurso inerente à própria autoconstrução do arquivo, com vista a que este constitua um legado para a posteridade. Para o arquivista, a sua representação tem ainda por base o conhecimento extraído quase sempre a partir dos próprios documentos, e está sob a influência das expectativas que se tem sobre como um arquivo “deve parecer”, e ser apresentado aos investigadores (DOUGLAS, 2013, p. 19-20).³² Da mesma forma, a desagregação de arquivos pode também ter por base argumentos como terem conteúdos “pouco relacionáveis” com as questões familiares, a existência de “valores distintos” no âmbito das próprias políticas de constituição do acervo de cada instituição, e “benefícios” para a valorização dos fundos, supostamente alcançáveis por uma catalogação independente, mesmo que se complementem (WELLS, 2012, p. 169-172).

Os exemplos apontados para o caso de Portugal demonstram, por um lado, um velado androcentrismo na organização de numerosos arquivos pessoais e familiares, e, por outro, uma tendência para enfatizar determinadas personalidades. Se bem que se

³¹ A própria oscilação descritiva entre níveis hierárquicos como subfundos, secções ou séries pode causar perda de informação contextual importante, pois nem sempre se investe na referência aos elos de ligação entre as várias partes. A descrição do fundo tende a ser utilizada para destacar a informação considerada mais importante para a generalidade dos utilizadores, e não para a representação do conteúdo e do contexto, o que pode ser agravado quando os repositórios têm materiais apenas parcial ou escassamente catalogados (WELLS, 2012, p. 171, 175). Veja-se também, a propósito da utilização da norma de descrição arquivística ISAD(G), alguns problemas apontados por Geoffrey Yeo (2009), relacionados com distintos critérios utilizados na descrição de arquivos pessoais, designadamente a interpretação de conceitos como fundo, subfundo ou coleção, e no que se refere à representação da multiplicidade de “produtores”.

³² O canadiano Tom Nesmith (2006, p. 265) destacou que os arquivos com que os arquivistas efetivamente trabalham não correspondem às realidades que constam das suas afirmações teóricas. Na sua opinião, o “puro” fundo não existe e a história dos documentos, e do ato de arquivar, devem ser trazidos para a frente do trabalho, dando-se maior relevância à representação da informação e de como se chegou a ela, do que à tentativa de representar – ou “criar” – um fundo idealizado.

tivesse partido do caso das mulheres, designadamente, das esposas, deve ser realçado que o problema se pode transpor a mais situações, alargando-se à representação de familiares, de amigos e de terceiros, que, por motivos diversos, desde heranças a aquisições, acabaram incorporados no seio de outros arquivos.

Embora se reconheça a existência de diversos documentos cuja autoria pertence a várias pessoas diferentes (não sendo o conceito de autor equivalente ao de produtor), existe uma tendência para se adotar e representar, para a comunidade de utilizadores dos arquivos, uma perspectiva singular, focada no indivíduo/entidade identificada com o fundo (HURLEY, 1995, p. 236). Por isso, existem numerosas situações em que múltiplos produtores não figuram no título dado ao arquivo, aquele que pode ser considerado o primeiro ponto de acesso à informação. Sob um título atribuído, fruto de uma qualquer escolha tomada num repositório, subjaz o risco de se perder de vista o papel ou a preponderância de diversos indivíduos, ou de diferentes famílias que derradeiramente estão na origem de determinado corpo documental.

Percebe-se que, por razões de ordem prática, seja necessário tomar opções, e até se compreende que seja complicado criar títulos abrangentes para arquivos extensos e com numerosos produtores. Todavia, isso não significa que não se deva, pelo menos, refletir sobre o impacto que uma opção eventualmente redutora pode ter na forma de representar as pessoas na sua individualidade própria, e da informação relativa às suas vidas e atividades. Fatores como a quantidade de documentos, ou a proeminência de personalidades, não devem ser justificações liminares para a exclusão de uns em função de outros, não só ao nível dos títulos dados aos arquivos, mas até na forma simplista como são tipificados de pessoais ou de familiares.

A adequada representação dos indivíduos deve ser, portanto, objeto de mais adequada e aturada reflexão no âmbito do próprio trabalho de organização e descrição dos arquivos. Estas funções arquivísticas são de extrema importância, porque delas depende o acesso à informação e a compreensão das razões pelas quais determinados documentos foram preservados. Privilegiar determinados indivíduos, dar ênfase a certas atividades, ou mesmo optar por colocar em destaque tipologias documentais específicas, pode ter um efeito pernicioso no entendimento do processo de formação de um arquivo.

Como referiram Douglas e MacNeil (2009, p. 31), procedimentos tão comuns no tratamento arquivístico como o acondicionamento, a atribuição de cotação e a descrição podem comunicar um significado e monumentalidade aos documentos, que talvez estes não possuíssem quando se encontravam na posse dos seus produtores originais.

Alguns indivíduos responsáveis pela produção e acumulação de documentos podem, deste modo, correr o risco de ser obscurecidos em função da atribuição de títulos que não refletem a diversidade dos produtores em causa, sendo “omitidos” ou secundarizados através das formas de organização e classificação dada à documentação pelas entidades detentoras. Tal facto comporta consequências para a análise da representatividade individual, e para uma abordagem do ponto de vista da representatividade social através dos arquivos pessoais, o que se torna notório quando se atenta a que as mulheres continuam ainda sub-representadas nos acervos das instituições de salvaguarda destes arquivos.

Além de um “silêncio” nos arquivos no que respeita às trajetórias femininas ao longo da história, o impacto dos procedimentos e decisões das instituições e dos indivíduos, famílias e outras comunidades, sobre os arquivos, e as consequências advindas da aplicação de conceitos arquivísticos, da interpretação dos contextos da produção da informação e da sua comunicação, designadamente os limites da descrição arquivística e dos próprios instrumentos de recuperação de informação das unidades arquivísticas, contribuem também para criar constrangimentos que tendem a tornar “invisíveis” as mulheres, mesmo quando a sua memória se encontra preservada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização dos arquivos pessoais passa pela identificação do que deve ser preservado e protegido, pelo seu estudo e compreensão no campo científico, e, finalmente, pela sua comunicação tendo em vista a sua função cultural, a importância para a investigação e o seu papel para o conhecimento.

As operações de seleção e avaliação têm estado essencialmente baseadas num alegado valor patrimonial ou cultural dos arquivos pessoais, denotando escassa ou nenhuma reflexão sobre a informação que contêm, que se possa dizer estar fundamentada num conhecimento científico sobre a sociedade e numa metodologia adequada para representar as várias áreas de atividade dos indivíduos, e as suas diversas facetas sociais ou do foro da intimidade.

As ausências – ou silêncios – que se registam nos acervos das várias instituições de memória, de que é exemplo o caso das mulheres, podem ser revistas através de uma análise mais profunda das estratégias de aquisição, e pelo despertar de uma maior consciência e reflexão sobre o papel de arquivos, bibliotecas, museus, etc., enquanto mediadores e modeladores da memória coletiva. Questionar até que ponto a informação já selecionada representa facetas e dimensões da sociedade e da história humana, compreender as ausências, partilhar a informação, e procurar o empenho da comunidade arquivística sobre o que preservar das memórias individuais, e de que indivíduos, é essencial para assegurar, no futuro, o acesso à representação da memória da sociedade de forma mais diversificada e inclusiva.

Os silêncios dos arquivos face às mulheres vão ainda além das políticas de aquisição, estendendo-se, como se viu, a práticas no âmbito do tratamento arquivístico, em operações de organização e representação da informação, e de deficitária comunicação das próprias instituições de memória, quanto aos arquivos pessoais sob sua tutela. Por um lado, pode apontar-se a permanência de dificuldades teóricas e metodológicas na identificação de arquivos pessoais face, por exemplo, aos familiares, pela ausência ou carência de estudos biográficos, ou pela pouca atenção dada aos contextos orgânicos-funcionais da produção e acumulação da informação pelos indivíduos, denotando dificuldades na apropriação do próprio conceito de arquivo enquanto sistema. Por outro lado, o menor investimento no estudo desses contextos, e na elaboração de informação descritiva detalhada dos próprios arquivos, tem como consequência o ofuscar de aspetos fundamentais quer relacionados com o percurso e a história dos próprios arquivos, quer com os seus produtores, entre os quais as mulheres. Existe, assim, a necessidade de questionar os atuais sistemas de descrição em utilização,

bem como as distintas normas aplicadas, no sentido de permitir uma melhor compreensão e interpretação da informação.

THE ARCHIVES OF WOMEN IN PORTUGAL

Abstract

In the last decades, the number of personal papers preserved in the most diverse types of institutions has increased significantly, including archives, libraries, museums, universities, and other places associated with memory preservation. Although it is common to consider that personal papers are essential for collective memory, and that they are a source of information relevant and alternative to the official discourse of the State or private organizations, there are few reflections on the consequences of appraisal and selection of which documents should be preserved for this purpose. In an analysis of the universe of personal archives identified in the various Portuguese institutions (PEREIRA, 2018), it was verified that the decision to preserve it depends, almost always, on individual and group choices, ideologies and frameworks of thought. There is an absence of reflection on the impact of the options, implicit or explicit, taken in the operations concerning organization and description of information, with consequences for the broad and plural representation of society. It was also verified the existence of levels of overvaluation of certain individuals and of undervaluation of others, among which is the case of women. The reasons for the smaller number of women's archives are rooted in complex social factors, related to memory practices and selection options of what to preserve, under the influence of subjective criteria. However, a poor representation of women is also related to the practices inherent in the archival treatment itself, in particular with operations of classification and description that have led to the latter being in many cases "silenced" vis-à-vis men, or secondarily in the universe of family contexts, making it difficult to recover their individual memory.

Keywords: *Personal Archives; Women's Archives; Individual Memory; Collective Memory*

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe; LAÉ, Jean-François. **Archives personnelles. Histoire, anthropologie et sociologie.** [Paris]: Armand Colin, 2011.

BEATTIE, Heather. Where Narratives Meet: Archival Description, Provenance, and Women's Diaries. **Libraries & the Cultural Record**, Austin, University of Texas Press, v.44, n. 1, p. 82-100, 2009.

BLOK, Aad; LUCASSEN, Jan; SANDERS, Huub (eds.). **A Usable Collection. Essays in Honour of Jaap Kloosterman on Collecting Social History.** Amsterdam: International Institute of Social History / Amsterdam University Press, 2014.

COLLINS, Julie. A 'powerful, creative history': the reticence of women architects to donate their professional records to archival repositories. **Archives and Manuscripts**, Canberra, v. 40-3, p. 181-190, 2012.

DERRIDA, Jacques; PRENOWITZ, Eric. Archive Fever: A Freudian Impression. **Diacritics**, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, v. 25-2, p. 9-63, 1995.

DEVER, Maryanne. Archiving Feminism: Papers, Politics, Posterity. **Archivaria**, Ottawa, n. 77, p. 25-42, 2014.

DOUGLAS, Jennifer – **Archiving authors: rethinking the analysis and representation of personal archives**. Tese (Doutoramento em Filosofia) - Faculty of Information - University of Toronto, Toronto, 2013.

DOUGLAS, Jennifer; MACNEIL, Heather. Arranging the Self: Literary and Archival Perspectives on Writers' Archives. **Archivaria**, Ottawa, n. 67, p. 25-39, 2009.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (eds.). **História das Mulheres no Ocidente**. 5 vols. Porto: Afrontamento, 1993-1995.

EICHHORN, Kate. **The archival turn in feminism: outrage in order**. Philadelphia: Temple University Press. 2013.

FARGE, Arlette. **Le goût de l'archive**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

FILIPE, Cláudia Isabel Fernandes. **Guia dos arquivos privados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: ingressos de 1947 a 2014**. Trabalho de projeto integrado no Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, ramo de Arquivística - Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2015.

GENS, Vítor. **Guia de Fundos do Arquivo Histórico do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa**. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, 2011.

HENDERSON, Margaret. Archiving the feminist self: reflections on the personal papers of Merle Thornton. **Archives and Manuscripts**, Camberra, v. 41-2, p. 91-104, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. O '*devoir de mémoire*' na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). **Direitos e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HURLEY, Chris. Problems with provenance. **Archives and Manuscripts**, Camberra, v. 23-2, p. 234-259, 1995.

KEENAN, Elisabeth K.; DARMS, Lisa. Safe Space: The Grrrl Collection. **Archivaria**, Ottawa, n. 76, p. 55-74, 2013.

YEO, Geoffrey. Custodial History, Provenance, and the Description of Personal Records. **Libraries & the Cultural Record**, Austin [Texas], The University of Texas Press, v. 44-1, p.50-64, 2009.

MCKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael. Toward the Archival Multiverse: Challenging the Binary Opposition of the Personal and Corporate Archive in Modern Archival Theory and Practice. **Archivaria**, Ottawa, n. 76, p. 111-144, 2013.

MUNIZ, Diva. Feminismos, Epistemologia Feminista e História das Mulheres; Leituras Cruzadas. **OP SIS**, v. 15, n.2, p. 316-329, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/o.v15i2.34189>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

NESMITH, Tom. The Concept of Societal Provenance and Records of Nineteenth-Century Aboriginal-European Relations in Western Canada: Implications for Archival Theory and Practice. **Archival Science**, n. 6, p. 351-360, 2006.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n. 10, p. 7-28, 1993.

PEREIRA, Patrícia Matias. **Catálogo do Arquivo Susan Lowndes**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2015.

PEREIRA, Zélia Maria Cruz. **O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização**. 2 vols. Dissertação (Doutoramento em Ciências da Informação e Documentação). Évora: Universidade de Évora, 2018. Disponível em: <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23260?mode=full>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PERROT, Michelle. Les femmes ou les silences de l'histoire. Paris: Flammarion, 1998.

ROSETA, Helena. O espólio de Natália Correia. **Leituras, Revista da Biblioteca Nacional**, Lisboa, série 3, n. 5, p. 27-32, out.1999-abr. 2000.

SILVA, Armando Malheiro da. Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. **Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património**, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, I Série, v.3, p. 55-84, 2004.